

EDITORIAL DA REVISTA e-CURRICULUM

Edição 19 (1) janeiro/março 2021

CURRÍCULO E UTOPIAS EM MEIO AO NEGACIONISMO

Em tempos conturbados pela gravidade de uma pandemia avassaladora e pela proliferação de receituários improvisados, a avaliação científica de fenômeno de tal gravidade, como a Covid-19, constrange pesquisadores, atônitos com as providências intemperantes de agentes políticos, diante de um negacionismo – a deliberada negação de uma realidade patente, empiricamente identificável, utilizada como forma de escapar de uma verdade desconfortável. A análise desse acontecimento tem o condão de revelar os desacertos teóricos dos discursos negacionistas e as graves consequências práticas para a vida humana.

A avaliação tornou-se uma prática rotineira na atividade acadêmica e consolidou-se como um meio de controle do discurso e da produção científica, afastando argumentos inconsistentes e práticas inconsequentes. Foi estendida à produção científica dos pesquisadores e tornou-se um mecanismo de regulação da vida acadêmica e um instrumento de governo da conduta ética em ciência.

Nesse momento grave para a sanidade do País, assolado por assombrosa mortandade, a avaliação da pandemia não pode tolerar o bizarro discurso negacionista do poder público e obriga todos os cientistas, com longo tirocínio nos processos avaliativos, a exigir das autoridades públicas um discurso distante de fabulações fantasiosas e uma prática que, cientificamente, garanta a vida dos cidadãos.

A edição deste volume, especialmente deste número, traz o esforço de muitos pesquisadores, empenhados em contribuir com a elevação ética e social do Brasil no campo da educação.

Nessas condições dramáticas da vida, a *Revista e-Curriculum* mantém sua periodicidade, e esta edição 19, número 1, de janeiro/março de 2021 contempla vinte e quatro artigos, todos advindos da crescente demanda espontânea, respeitando a distribuição pelas diferentes regiões do Brasil, além de abarcar dois artigos de outros países de língua portuguesa. Os artigos estão organizados em torno das temáticas: currículo, cultura e políticas curriculares em diferentes áreas de formação e níveis de ensino; formação de professores alfabetizadores;

educação infantil; pedagogia da alternância; pedagogia freireana; tecnologias em educação e seus desdobramentos; educação do campo/rural.

A abordagem preponderante dos artigos fornece indicações acerca dos impactos das ações de desmonte das políticas públicas da educação e das pesquisas científicas, em especial relacionadas às ciências humanas. Diante das tensões provocadas pelo cenário mundial da pandemia associado às errâncias da gestão pública, sobressaem a dedicação, a resistência e a esperança na transformação evidenciadas pelos autores que fazem chegar ao público problemáticas de investigação, metodologias e resultados inovadores, compartilhando suas utopias de um mundo mais justo e igualitário, com justiça social, educacional e curricular.

O artigo de Márcia Vieira e Neuza Pedro discorre sobre os resultados de uma pesquisa quantitativa acerca da formação de professores da educação superior do Brasil e de Portugal para a docência *on-line*. As análises descritivas mostram a ausência de diferenças estatisticamente significantes entre as respostas de docentes *on-line* a um questionário aplicado no que tange ao perfil dos docentes. Tais resultados apontam a pertinência da continuidade da pesquisa mediante uma abordagem qualitativa a fim de melhor compreender as influências dos contextos na atuação docente.

A pesquisa qualitativa e exploratória adotada no estudo de caso desenvolvido por Karina Marcon, Juliana Brandão Machado, João Victor Schmitz e Leonardo José Rossi trata das relações teórico-práticas em processos de inclusão digital nos espaços educativos escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, Santa Catarina. Os resultados indicam que as escolas se dedicam à inclusão digital dos estudantes, com planejamento intencional, docência compartilhada e interação entre professores/as e auxiliares. Salienta-se que a criação da cultura digital na escola deveria extrapolar os usos das tecnologias e abarcar a apropriação crítica de seus recursos, funcionalidades e serviços.

Lídia Miranda Coutinho e Gilka Girardello examinam a cultura digital nas diretrizes educacionais nacionais da última década para os currículos e a formação de professores, baseadas em diretivas internacionais voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades. As análises aduzem que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) avança a ampliação da cultura digital, mas atribui aos estados e municípios a definição dos respectivos conteúdos e estratégias didáticas. Por sua vez, o documento curricular de Santa Catarina deixa tal especificação aos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, criando uma brecha para a

participação de professores nessa elaboração. Essa lacuna, porém, deixa margem à inação relativamente ao tema fortalecida pela carência de recursos para apoiar tais práticas.

As intenções e ações de uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na formação de professores em Cingapura é objeto de estudo de Nara Maria Bernardes Pasinato e Everson Luiz Oliveira Motta, que adotaram a observação participante em aulas ministradas no *National Institute of Education*, de Cingapura. Concluem que os docentes tendem a se afastar dos propósitos de integração das TDIC nas aulas, quando os recursos tecnológicos não estão prontamente à disposição, e que seus valores, crenças e concepções podem induzir a não utilizar esses recursos. Esse estudo condiz com resultados de outras pesquisas a respeito da influência das crenças de educadores no tocante a mudanças na prática pedagógica.

O uso da linguagem de programação chamada *Scratch* em aulas de Língua Portuguesa é foco do estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, de autoria de Eliana Alice Brochado e Gabriel Gerber Hornink, com intuito de compreender como os alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental se apropriam de Narrativas Digitais. As análises preconizam que a linguagem *Scratch* potencializa a produção de texto de maneira lúdica e usual. O aporte teórico assumido sugere a relevância de expandir o estudo para identificar possíveis contribuições das narrativas digitais na promoção do diálogo entre o contexto formal de aprendizagem e o contexto real dos estudantes, a linguagem letrada da escola e as linguagens utilizadas por eles em suas práticas sociais.

Os autores Juliana Sales Jacques, Elena Maria Mallmann e Mara Denize Mazzardo questionam os Recursos Educacionais Abertos (REA) como dispositivos de autoria e democratização curricular, em uma pesquisa-ação desenvolvida na formação continuada de professores da rede pública da Educação Básica do Rio Grande do Sul, por meio do curso *Small Open Online Course* “REA: educação para o futuro”. Eles identificam que o curso flexibiliza a formação ao colocar em diálogo professores de diferentes regiões, contextos e áreas do conhecimento, instiga a autoria e o compartilhamento de produções didáticas. Entende-se que a associação entre conteúdo, metodologia dialógica, intercultural e autoral e com a participação dos formandos oferece condições para uma formação voltada à emancipação.

Com base na psicologia escolar crítica e na etnografia virtual, Ligia Rocha Cavalcante Feitosa e Claisy Maria Marinho-Araujo investigam a ação de psicólogos escolares dos Institutos

Federais, evidenciada em espaços virtuais de formação, reflexão e aperfeiçoamento. As análises das intervenções registradas apresentam ênfase no atendimento de estudantes com problemas de rendimento acadêmico ou na promoção de oportunidades profissionais para eles. O estudo permite identificar a necessidade de investimento no fortalecimento da construção do papel desse profissional no âmbito dos Institutos Federais.

O artigo de Denise Regina Costa Aguiar busca compreender os desafios e as perspectivas da pedagogia do oprimido na escola pública brasileira, em uma ótica de denúncia da opressão e de anúncio de sua superação por meio da educação como prática da liberdade freireana. O estudo mostra que a participação na ação educativa é condição essencial para processos de ensino e de aprendizagem voltados ao desenvolvimento da criticidade e autonomia do educando, potenciando a construção de uma escola pública democrática. Ademais, o estudo permite vislumbrar que a qualidade social, cultural e educacional da ação educadora é inerente à pedagogia crítico-libertadora freireana.

Adentrando em temáticas relacionadas aos currículos de diferentes áreas de conhecimento e níveis de ensino, Fabiana Veronez Martelato Gimenez e Sandra Regina Gimenez-Paschoal ocupam-se de uma investigação sobre o lugar da prevenção de acidentes e violência infantil nos currículos dos cursos de enfermagem, por meio da análise dos projetos pedagógicos, ementas e/ou matrizes curriculares de cento e trinta faculdades do Estado de São Paulo. Os resultados revelam que poucas faculdades registram esses temas nos currículos e sugerem sua inclusão com enfoque transversal, pela perspectiva de formação integral e interdisciplinar. A relevância do tema e as argumentações empregadas fornecem referências para os currículos de outras áreas de conhecimento.

Ao tratarem dos códigos alfanuméricos da BNCC para a educação infantil, Camilla Borini Vazzoler Gonçalves e Janete Magalhães Carvalho analisam as fabulações, as brincadeiras e as invenções de crianças de uma escola municipal de educação infantil. A metodologia da cartografia ofereceu argumentos para as críticas à abordagem expressa na BNCC em virtude da transcrição das atividades infantis em códigos alfanuméricos que induzem a considerá-las como uma animalidade instintiva, com potencial para a invenção e a aprendizagem. Mais uma vez, sobressai a característica instrumental expressa na BNCC em diferentes componentes curriculares e ciclos da educação básica.

O ensaio de Virgínia Louzada e Lisandra Ogg Gomes focaliza a educação infantil ao enfatizar o debate político educacional e curricular, visando a compreender as questões a respeito da alfabetização, educação e trabalho pedagógico na Educação Infantil pautadas por concepções alicerçadas nos campos da pedagogia, política e infância. As autoras argumentam a favor de um trabalho que possibilite a potência das crianças, sua diversidade linguística e seu olhar sobre o mundo. O ensaio reitera preocupações e defesas acerca de uma educação infantil que favoreça a expressão da alegria, a criação e encontros em detrimento de prescrições alinhadas com o “epistemicídio” e/ou a instrumentalização.

A formação de professores alfabetizadores e os desafios da docência é foco da pesquisa qualitativa de Neide de Aquino Noffs e Cassiana da Silva Wasilewski, com o objetivo de analisar o perfil de professoras alfabetizadoras de três escolas da rede municipal de São Paulo. Os resultados desvelam lacunas na formação acadêmica inicial e a necessidade latente de atualização sobre pedagogia da infância e saberes docentes essenciais. Essas carências fortalecem as preocupações com os direcionamentos preconizados com relação à instrumentalização do currículo dessa fase da educação básica em consequência da possível ausência de repertório para uma atuação docente crítica e autoral.

O corpo no currículo é tema de dois artigos desta edição. Um deles, escrito por Elaine de Jesus Souza, Priscila Gomes Dornelles e Dagmar Elisabeth Estermann Meyer, questiona o corpo no currículo de um curso de licenciatura em Biologia de uma universidade pública brasileira, seus desassossegos e desclassificações relacionados à sexualidade e gênero, fundamentado em estudos culturais e feministas mediante uma perspectiva pós-estruturalista. Os resultados reconhecem as construções socioculturais e políticas referentes às dimensões estudadas e propõem a incorporação da educação sexual nos currículos desse curso. Os resultados se coadunam com reconhecimentos advindos de estudos acerca de cursos de licenciatura de outras áreas de conhecimentos sobre o distanciamento entre as dimensões tratadas no curso e aquelas esperadas que sejam enfatizadas pelo docente em formação em sua prática pedagógica.

Os autores Elder Silva Correia e Fabio Zoboli, firmados na filosofia de Baruch Spinoza e na análise de Gilles Deleuze sobre o conceito do “comum”, questionam o corpo na “produção do comum” conforme identificam nas prescrições da BNCC. Os autores interpretam que a presença do termo comum na BNCC retira a potencialidade dos corpos, considerados

despossuídos de capacidades para assumir a proposição e o desenvolvimento do currículo e a autoria na produção de conhecimentos. Ao aventar a homogeneização do currículo implícita na BNCC, o artigo elucida o caráter instrumental do currículo e remove do professor e do estudante o potencial de autoria.

Em meio às ações de resistência, o movimento de ocupação estudantil em cerca de 200 escolas públicas, ocorrido em 2015 contra a “Reorganização Escolar”, é objeto de estudo do artigo de Rafael Bastos Costa de Oliveira, Débora Breder e Mirna Juliana Santos Fonseca. A partir do documentário fílmico de 2016, intitulado *Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile!*, de Carlos Pronzato, a análise do conteúdo focaliza os temas evidenciados nos depoimentos relacionados à resistência e ao feminismo. As conclusões mostram que a luta estudantil ocorreu em meio a uma disputa de hegemonia acirrada, e a experiência política vivenciada pelos estudantes deixou um legado para a luta por uma educação democrática, participativa, com qualidade e equidade social.

Patrícia Furtado Fernandes Costa e Lucília Regina de Souza Machado lançam um olhar sociológico como pilar de análise do ensino médio integrado em uma pesquisa de revisão teórica e abordagem empírica realizada com docentes de Sociologia de Institutos Federais, com a finalidade de compreender o significado da integração de conteúdos técnicos e do ensino médio geral mediante uma dualidade estrutural e o propósito de formação integral do aluno. O olhar sobre a prática pedagógica e a aprendizagem desperta o estranhamento, a desconfiança e a dúvida, conduz à proposição da necessária contextualização e desnaturalização de conceitos, comportamentos e práticas sociais.

Ao abordar os interesses de classes e o direito de acesso ao ensino superior no Brasil, entre as décadas de 1970 e os dias atuais, Samara Taveira de Oliveira, José Eudes Baima Bezerra e Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga utilizam o método dialético, com revisão bibliográfica e análise documental, e descortinam a intensificação da precarização da educação pública, do nível básico ao superior. Concluem que a educação básica manteve a dualidade estrutural, que direciona o jovem das classes populares ao trabalho precoce e os mais abastados para a universidade, sinalizando diferentes trajetórias de vida. Esses resultados se coadunam com o olhar sociológico desenvolvido na análise do ensino médio integrado.

Mudam os contextos em estudo, mas os resultados evidenciados em diversos artigos se aproximam de uma lógica comum aos currículos de diferentes níveis de ensino. Nesse sentido,

o artigo de Monique Vieira Amorim Bandeira e Oflia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas examina a proposta curricular da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal de 2014, atualizada em 2018. Os resultados assinalam a ótica conservadora sobre a concepção de currículo com base em conteúdos e habilidades, numa perspectiva de acumulação de conhecimentos, e destacam como proposta alternativa a superação da fragmentação e a ressignificação da rotina escolar.

O artigo de Anderson Cristian Barreto, Ana Luisa Barbosa Anversa e Vânia de Fátima Matias Souza analisa o currículo de educação física segundo a percepção de seus professores da educação básica, considerando as necessidades educacionais materializadas no cotidiano. O estudo dos dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada evidenciou a emergência das categorias: aplicabilidade curricular, elaboração democrática e qualidade educacional. Por conseguinte, a elaboração curricular democrática se efetiva na prática ao levar em conta a diversidade cultural e social dos envolvidos. A voz de professores sobre o currículo viabiliza identificar que o currículo de educação física concretizado na prática consiste em um constructo social e levanta a questão acerca da ampliação do estudo para outros componentes curriculares.

A cultura material do xarope na Pastoral da Saúde em Bragança, Estado do Pará, e a proposição do currículo cultural para o contexto escolar são investigadas no artigo de Rogerio Andrade Maciel, Sebastião Rodrigues da Silva Junior e Jânio Venâncio dos Santos. A adoção da metodologia da Nova História Cultural orientou a observação dos objetos utilizados na produção do xarope e a identificação de seus significados e sentidos, propiciando construir o currículo cultural no contexto escolar. Por esse prisma, a pesquisa contribui para a compreensão da inter-relação intrínseca entre currículo e cultura e indica caminhos para a identificação do currículo cultural.

Esta edição contempla dois artigos sobre a pedagogia da alternância na educação do campo brasileira: o primeiro tem como contexto a escola pública; o outro focaliza a formação de educadores do campo. Um terceiro artigo associa a pedagogia da alternância com o método dialético em contexto da escola familiar de Moçambique.

A pedagogia da alternância em escolas públicas de educação do campo em Rondônia é objeto do estudo de Isaura Isabel Conte, Renata da Silva Nóbrega e Renato Éberson de Souza dos Santos. Trata-se de um tema atual relevante, que emerge em escolas públicas em 1990 por conta da carência de experiências educacionais para os filhos de camponeses, aportando em

Rondônia em 2016. A pesquisa-ação desenvolvida evidencia a importância da tomada de decisão com apoio em experiências similares que envolvem os sujeitos da educação, nomeadamente as famílias dos estudantes, e requer o rompimento com os modos convencionais da educação escolar. Esses resultados corroboram a necessidade de considerar no desenvolvimento do currículo a cultura, as experiências e o conhecimento do cotidiano dos sujeitos da educação.

A alternância na formação de educadores do campo é tema da pesquisa retratada no artigo de Maria Celeste Gomes de Farias e Salomão Antonio Mufarrej Hage. Fundamentada na teoria social crítica, a pesquisa qualitativa apoiou-se em dados obtidos em entrevistas semiestruturadas com educandos de um curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e apontou resultados das contribuições dos movimentos sociais para a materialidade nas práticas formativas em alternância. Reitera-se o valor da interação entre o educador em formação e a realidade do campo, na qual ele exercerá a docência, de modo a promover a inter-relação entre formação e experiência.

O artigo de Janinha Gerke e Tané Joaquim Sinalo inter-relaciona currículo e escola rural, tomando como contexto a escola familiar de Moçambique. Com a adoção do método dialético, o estudo objetivou avaliar a racionalidade do currículo desenvolvido em Pedagogia de Alternância nesse país. Os resultados revelam que a racionalidade de um currículo desenvolvido em Pedagogia de Alternância centra-se na necessidade de que os jovens do meio rural usufruam do direito de acesso a uma educação profissional condizente com os valores autóctones e no compromisso com uma educação integral, humanizada, que permita enfrentar os desafios do mundo do trabalho na sociedade atual. Tais resultados convergem nos estudos sobre pedagogia da alternância desenvolvidos no Brasil respeitando as características culturais e suas especificidades e oferecem contributos relevantes para fortalecer essa proposta nos dois países.

Por sua vez, o artigo de Adelson Dias de Oliveira e Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios se refere ao ensino médio rural ao problematizar os saberes experienciais na constituição de um currículo emergente no cotidiano de professores dessa modalidade de ensino. A pesquisa-formação-ação desenvolveu-se por meio da análise de narrativas de experiências pedagógicas, com a identificação da produção de saberes advindos das experiências, que extrapolam a regulação técnica e o desenvolvimento do currículo informacional e instrumental. O artigo

sinaliza o potencial das narrativas de experiências para a consideração do conhecimento mobilizado/construído na experiência e no processo de produção da narrativa, criando vínculos entre o saber, o fazer e o pensar sobre o fazer, ao tempo que se consubstanciam narrativas curriculares de aprendizagem.

A abrangência, a atualidade e a pertinência dos temas, fundamentos teóricos e metodologias dos artigos que compõem esta edição da *Revista e-Curriculum* instigam a curiosidade epistemológica e convidam à leitura e ao diálogo com o pensamento acadêmico veiculado.

A dedicação de pesquisadores para dar continuidade ao desenvolvimento científico e compartilhar suas produções com o público é demonstração incontestante de seu compromisso com a sociedade brasileira, com a comunidade acadêmica e educacional. A viabilidade desta produção representa um esforço incomensurável de muitas pessoas, entre as quais se destacam autores, pareceristas, membros da equipe técnica editorial, do conselho científico e do suporte técnico institucional, que tornaram possível a publicação desta edição em condições extremamente complexas diante da realidade pandêmica.

A *Revista e-Curriculum* agradece a todos os que contribuíram com esta edição e se propõe a continuar sua missão de difusão de pesquisas e estudos acadêmico-científicos da área de ciências humanas, em especial da educação, nomeadamente no campo do currículo.

Antonio Chizzotti

Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida

Março/2021